

Marco Oliveira Borges*

A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ândalus. I – Em torno do porto de Colares

R E S U M O | Neste estudo pretende-se focar a actividade de defesa costeira desenvolvida a partir de Sintra durante o período de ocupação islâmica da Península Ibérica, intensificada certamente após o ataque viquingue de 844. Contudo, será dada especial atenção ao rio de Colares a fim de tentarmos perceber se ainda terá funcionado como porto para a povoação muçulmana de Sintra antes do seu efectivo assoreamento.
Palavras-chave: Sintra – Viquingues – Defesa costeira – Porto de Colares

A B S T R A C T | In this study we will mostly focus on the coastal defence developed from Sintra during the Islamic occupation of the Iberian Peninsula, certainly intensified after the Viking attack of 844. However, special attention will be given to the Colares River to try to understand if it has ever operated as a port to the Muslim population of Sintra before its siltation.
Keywords: Sintra – Vikings – Coastal defence – Port of Colares

Introdução

Antes de mais importa salientar que embora este período histórico não seja aquele em que estamos mais à vontade, esta é a área geográfica em que se têm vindo a enraizar as nossas investigações. Na verdade, ao mesmo tempo que reuníamos dados sobre a vila e porto de Cascais para séculos posteriores, paralelamente fomos recolhendo as informações que nos iam surgindo sobre a actividade marítima de Sintra e que levantavam algumas questões relacionadas com a importância de Cascais durante o período de ocupação islâmica.

Inicialmente pretendíamos fazer um estudo mais curto e dividi-lo em dois capítulos, versando sobre o litoral de Sintra e o porto de Colares no primeiro e sobre o porto de Cascais no segundo, mas, face à extensão que o mesmo foi adquirindo com o desenrolar das actividades, tivemos que deixar os dados recolhidos sobre o porto cascalense para uma outra oportunidade, se bem que durante o texto possam surgir paralelos inevitáveis.

É verdade que a existência de fontes para este período é escassa quando comparada com os séculos XVI-XVII, isto se quisermos compreender como se processava a defesa costeira

* Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestrando em História Marítima pela mesma instituição. E-mail: marcoliveiraborges@gmail.com

desta mesma área geográfica, mas com base na toponímia de origem árabe conhecida¹, nos dados históricos disponíveis, nas evidências arqueológicas que vão sendo dadas a conhecer, bem como no reconhecimento da geografia costeira, tentaremos problematizar sobre o modo como se estruturaria um suposto sistema de defesa costeira que ganharia forma a partir de Sintra. Este teria por fim evitar os ataques viquingues e cristãos tal como acontecia, por exemplo, na Península de Setúbal² e no Algarve³, embora também estivesse relacionado com a *fitna* do século IX.

Porém, especial relevo será dado ao rio de Colares – curso de água praticamente desconhecido enquanto realidade portuária – tentando perceber a sua utilidade para a povoação muçulmana de Sintra e se durante o Garb al-Ándalus ainda teria funcionado como porto⁴.

1. Organização defensiva do espaço costeiro

Situada a Noroeste de Lisboa, Sintra é mencionada no século X por al-Razi como uma das vilas pertencentes àquele senhorio. Por esta altura seria já um importante centro populacional embora não confinado ao castelo dos Mouros, quer pelas suas reduzidas dimensões e dificuldades de acesso, quer por estar afastado das zonas agrícolas⁵. No século seguinte al-Bakri coloca-a entre as oito cidades mais importantes do Garb al-Ándalus⁶. Dotada de dois castelos de “extrema solidez”, um deles construído de forma estratégica num dos cumes sobranceiros da serra, o supra citado castelo dos Mouros, Sintra é mencionada posteriormente por al-Himyari como “Uma das vilas que dependem de Lisboa no Andalus, nas proximidades do mar”, estando “permanentemente mergulhada numa bruma que não se dissipa”⁷.

Face à sua posição privilegiada junto ao mar, na verdadeira *Finisterra*, extremo ocidental do Garb al-Ándalus, Sintra tinha a particularidade de funcionar como um importante posto de observação oceânica que servia de alerta a Lisboa pelos menos desde o século IX. É neste século que os piratas viquingues começam a assolar as costas do al-Ándalus. Em 844 levam a cabo um ataque a Lisboa que se estende por outros pontos da costa atlântica sem encontrar qualquer tipo de resistência naval pelo menos até à cidade de Sevilha. No regresso os Viquingues atacariam Niebla,

¹ Se bem que, como alertou André de Oliveira-Leitão, “A análise toponímica, *stricto sensu*, acarreta alguns perigos, visto que a simples identificação de um topónimo como tendo origem árabe (ou uma origem híbrida arabo-romance), sob o ponto de vista linguístico, não significa por si só que aí tenha existido alguma forma de povoamento arabo-muçulmano”. André de Oliveira-Leitão, “O Povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a Territorialização e a Militarização (Meados do século IX – Inícios do século XIV)” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2011), 32.

² Cf. Christophe Picard; Isabel Cristina Ferreira Fernandes, “La Défense côtière à l’époque musulmane: l’exemple de la presqu’île de Setúbal”, *Archéologie Islamique* (n.º 8, 1999), 67-94.

³ Ana Sérvulo Miranda, “O Sudoeste do Gharb al-Andalus nos séculos VIII e IX: relações sociais e território” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2010), 64-69.

⁴ Em 2004 figuravam 250 [actualmente 398] portos islâmicos medievais na base de dados informática APIM, repartidos por uma área geográfica desde Portugal ao Oeste marroquino, daí às Comores passando pelo Sudeste de Zanzibar até à Indonésia e ao Este tailandês. Claire Hardy-Guilbert et. al., “Ports et commerce maritime islamiques. Présentation du Programme APIM (Atlas des ports et itinéraires maritimes du monde musulman)”, in *Ports Maritimes et Ports Fluviaux au Moyen Age* (Paris: Publications de la Sorbonne, 2005), 81.

⁵ Catarina Coelho, “O Castelo dos Mouros (Sintra)”, in *Mil Anos de Fortificações na Península e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes (Lisboa: Edições Colibri, 2002), 394.

⁶ A. H. de Oliveira Marques, “Sintra e Cascais na Idade Média”, in *Novos Ensaios de História Medieval*, (Lisboa: Editorial Presença, 1988), 145; Catarina Coelho, “O Castelo dos Mouros”, 394. O Garb al-Ándalus correspondia à região ocidental do al-Ándalus e, à excepção dos primeiros tempos de ocupação islâmica em que a Galiza estava inserida nele, correspondia ao actual território português se bem que alguns autores árabes ainda incluísem algumas cidades da actual Espanha como, por exemplo, Sevilha e Badajoz. José D. García Domingues, “Conceito e Limites do Ocidente Extremo do Andalus nos Geógrafos, Historiadores e Antologistas árabes”, sep. *Arti del III Congresso di Studi Arabi e Islamici (Ravello 1966)* (1967), 331-347.

⁷ António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* (Lisboa: Seara Nova, vol. I, 1972), 63.

o Algarve e novamente Lisboa⁸. Este acontecimento revelou bem a fragilidade do sistema de defesa costeira islâmico, facto que levou ao reforço das medidas de segurança ainda no tempo do emir Abd al-Rahman II (m. 852), as quais seriam continuadas por Muhammad I: alargamento do recrutamento de marinheiros (inclusive mercenários especializados no lançamento de fogo grego) para a formação de uma marinha de guerra mais ampla e dotada de maior poder de fogo, reforço das torres de vigia e pontos fortificados ao longo do litoral atlântico e mediterrânico, edificação de estaleiros de construção naval como aconteceu em Sevilha quatro anos após o primeiro ataque.

Com efeito, a organização do sistema de defesa costeira omíada dos séculos IX-X vem a dividir-se em duas vertentes fundamentais: numa defesa passiva, feita a partir de terra e que visava a vigilância do oceano de modo a impedir o desembarque dos Viquingues ou, pelo menos, que saqueassem as cidades costeiras; numa defesa activa, que consistia na patrulha das águas oceânicas em busca de navios inimigos⁹. A primeira vertente de defesa costeira, a que nos interessa de momento, era baseada na edificação de torres de vigia e de iluminação (atalaias e fachos), de *husun* (fortalezas) e de *ribat*s. Estas últimas estruturas eram conventos fortificados onde se preparava a *jihad* contra os cristãos do Norte – que durante a segunda metade do século VIII já levavam a cabo ataques até à zona do Tejo¹⁰ – e os Viquingues, também conhecidos por Normandos (“homens do Norte”), no mundo islâmico por *Majus*.

Incorporado no sistema de defesa costeira que funcionava a partir do litoral de Sintra, o castelo dos Mouros¹¹ tinha a particularidade de servir como posto de vigilância dos acessos por mar e terra. Porém, se é verdade que desse castelo é possível observar Lisboa e o seu castelo, o Tejo, Almada, Sesimbra e até Palmela, o que permitia estabelecer comunicações a longa distância com os diversos postos de vigia, isso apenas seria possível em dias de excepcional visibilidade o que nem sempre é realidade em Sintra, bastante sujeita aos nevoeiros que por ali se prolongam¹². De facto, integrado neste sistema defensivo, o castelo dos Mouros teria como principal função alertar Lisboa e as áreas citadas a Sul sobre a aproximação de navios e inimigos por terra, mas nestas ocasiões de intenso nevoeiro, em que pouco ou nada se via quanto à linha de costa, não seria possível vislumbrar a aproximação de navios nem de produzir informação. Do mesmo modo acresce a pouca visibilidade que por vezes se tem do Tejo e de toda a margem Sul, por vezes nula, em períodos de nevoeiro e neblina – factores muito característicos das zonas de estuário –, ficando impossibilitada a comunicação directa com aquelas terras e inviabilizada

⁸ Sobre os ataques viquingues vide *Ibidem* (vol. II), 107-124; Jorge Lirola Delgado, “El poder naval de al-Andalus en lá época del califato omeya (siglo IV hégira/X era cristiana)” (Diss. Doutoramento, Universidad de Granada, vol. I, 1991), 119-122; Christophe Picard, *Le Portugal musulman* (VIII – XIII siècle). *L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique* (Paris: Maisonneuve et Larose, 2000), 141-142.

⁹ Christophe Picard, “Les Défenses Côtières de la Façade Atlantique d'Al-Andalus”, in *Zones Côtières Littorales dans le Monde Méditerranéen au Moyen Age: défense, peuplement, mise en valeur. Actes du colloque international organisé par l'École française de Rome et la Casa de Velázquez. Rome. 23-26 Octobre 1996* (Madrid: Casa de Velázquez, 2001), 165.

¹⁰ Em 798, liderados por Afonso II das Astúrias, os cristãos do Norte saquearam mesmo Lisboa no que se pensa ter sido uma expedição vinda por mar. A. H. de Oliveira Marques, “O «Portugal» islâmico”, in *Nova História de Portugal. II Vol., Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*, dir. de Joel Serrão; [...] (Lisboa: Editorial Presença, 1993), 125.

¹¹ Teriam ocorrido duas fases distintas de construção deste castelo sendo que a mais antiga remontaria aos séculos IX-X, à semelhança de outros casos peninsulares, correspondente à época de fortificação da costa atlântica levada a cabo pelas autoridades muçulmanas face aos ataques viquingues. Basilio Pavon Maldonado, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas. Crónicas de viajes por el sur de Portugal* (Madrid: Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe, 1993), 20-25; Catarina Coelho, “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* (vol. 3, n.º 1, 2000), 210-211, 214, 218; Christophe Picard, *Le Portugal musulman*, 209-210, 215.

¹² Sobre o quadro climático regional Sintra-Colares vide Ana Lavrador da Silva, “Avaliação das Paisagens da Bacia Hidrográfica da Ribeira de Colares. Estudo Geográfico e de Percepção Ambiental” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2002), 28-34. Mais especificamente sobre a circulação dos ventos vide Maria João Alcoforado, “Representação cartográfica das árvores deformadas. Ventos dominantes em torno da Serra de Sintra”, *Finisterra* (XIX, 38, 1984), 137-169.

a entrada de navios na barra. Neste sentido, o sistema de alerta que teria funcionado através do castelo dos Mouros estaria bastante condicionado podendo mesmo ficar inactivo por determinados períodos.

Todavia, ao longo da linha de costa ganharia forma um dispositivo com estruturas situadas em pontos estratégicos de modo a dar o sinal de alerta – embora a sua funcionalidade estivesse igualmente condicionada pelo estado do tempo e sujeita aos nevoeiros da serra consoante a sua proximidade¹³ – e evitar o desembarque inimigo nos vários locais possíveis, especialmente nos portos, nas praias e enseadas que permitiam uma progressão no terreno e/ou que estavam próximas de pequenos povoados.

Para além do *ribat* recentemente identificado na margem esquerda da desembocadura do antigo rio de Colares, existe uma localidade na serra de Sintra chamada Azóia, a qual precede o cabo da Roca e cujo étimo deriva do árabe *al-zawiya*, devendo ter surgido do designio de um edifício religioso existente naquela área mas que acumularia igualmente a função de posto de vigilância¹⁴. A Azóia da serra de Sintra parece vir referida numa descrição que é feita sobre a viagem de uma embaixada muçulmana enviada ao rei dos Viquingues após o ataque de 844. Essa embaixada era formada por dois navios que partiram de Silves e, ao chegarem ao “grande promontório que penetra no mar, limite de Espanha no extremo ocidental, e que é a montanha conhecida com o nome de Aluíá [Azóia?], foram surpreendidos por uma tempestade”¹⁵.

Teria o étimo Azóia provindo de uma estrutura islâmica outrora existente perto desta localidade. Mas um pouco por toda esta área serrana se propiciava a edificação de estruturas. Ainda hoje, ligeiramente a Norte da Azóia, a 1,5 km do cabo da Roca, existe uma localidade denominada Atalaia e que na toponímia se subdivide em Atalaia de B.º e Atalaia de C.¹⁶. A posição elevada e estratégica destes locais indicia a existência antiga de postos de vigilância costeira que poderão remontar aos séculos IX-X¹⁷. Nesta mesma área mas um pouco mais próximo do mar, no sítio conhecido por Alto das Entradas, após a Restauração terá sido edificado o Forte de Nossa Senhora da Roca (Forte do Espinhaço). O local situa-se ligeiramente a Sul do cabo da Roca e da Enseada de Assentiz¹⁸, numa área de penhascos com altura considerável em relação ao mar.

Em 1991, no local conhecido por Espigão das Ruivas, situado sobre um promontório estreito de difícil acesso ladeado da pequena “praia” de Porto do Touro, foi identificada uma estrutura pétreia de pequenas dimensões e de planta rectangular cujo interior continha abundantes vestígios de fogo, sendo que os materiais arqueológicos recolhidos revelaram a sua utilização durante a época pré-romana e romana¹⁹. Pensa-se que a estrutura em causa seria um farol de sinalização e apoio à

¹³ Nos séculos XVI-XVII existiam balizas sinalizadoras que “se governavam por montes e picos da serra de Sintra e outros sinais remotos”. Porém, com nevoeiro ou tempo chuvoso estas balizas não se viam, daí que em alternativa fosse referido que se podiam colocar marcos altos nas praias “pelos quais em todo o tempo se pudesse guiar” os navios. Lívio da Costa Guedes, “Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massaii (1621) – II Tratado”, sep. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar* (vol. 58, Dez. 1989), 188.

¹⁴ Christophe Picard, *Le Portugal musulman*, 62, nota 47.

¹⁵ A questão é colocada por António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* (vol. II), 118, nota 12.

¹⁶ Para a área do cabo Espichel, próximo da Azóia local, Christophe Picard menciona a existência dos topónimos Atalaia de Cima e Atalaia de Baixo, enquanto que para a freguesia de Tremês uma Azóia de Cima e uma Azóia de Baixo. Christophe Picard, “Les Ribats au Portugal à l’époque musulmane: sources et définitions”, in *Mil Anos de Fortificações na Península e no Magreb*, 205-206.

¹⁷ *Idem*, *L’océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Magreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)* (Paris: Maisonneuve et Larose, 1997), 92.

¹⁸ O recorte geográfico desta enseada e a sua posição um pouco mais abrigada da nortada pelo cabo da Roca, leva-nos a crer que poderá ter funcionado como pequeno ancoradouro de abrigo no passado.

¹⁹ Guilherme Cardoso; José d’Encarnação, “Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais)”, *Al-Madan* (II série, n.º 2, Jul. 1993), 150; Carlos Fabião, “A Dimensão Atlântica da Lusitânia: Periferia ou Charneira no Império Romano?”, in *Lusitânia Romana. Entre o Mito e a Realidade. Actas da VI Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana* (Cascais: Câmara Municipal, 2009), 66.

navegação nesta zona costeira particularmente recortada e escarpada²⁰ das proximidades do cabo da Roca. Contudo, como salienta Carlos Fabião, a possível estrutura de sinalização não teria as características das torres da foz do Guadalquivir e da Corunha ou até mesmo da que terá existido no estuário do Sado. De acordo com Guilherme Cardoso e José d'Encarnação é possível que a ocupação deste local se tenha mantido durante a época medieval²¹.

Para além disso, em 2007 deu-se a descoberta de uma âncora de pedra datável da segunda metade do primeiro milénio a. C., a 16 metros de profundidade ao largo da Costa da Guia, possível fundeadouro e local de abrigo na Antiguidade. No mesmo local foram identificados quatro cepos de chumbo. Estas descobertas põem em evidência a ideia da utilização de pequenos pontos de abrigo na costa de Cascais de apoio à navegação de índole comercial entre o Atlântico Norte e o Mediterrâneo Ocidental²².

Durante o Garb al-Ándalus estes e outros locais teriam mantido a importância de épocas recuadas, acrescida certamente após o ataque viquingue de 844. No caso do litoral de Sintra, e para que o sistema de defesa costeira funcionasse até Lisboa, teria de se estender sucessivamente pela costa de Cascais, cujas fontes islâmicas esqueceram, mas que naturalmente já estaria dotada de estruturas de vigilância e, muito possivelmente, de *ribats*, tal como acontecia na Península de Setúbal²³. Como temos visto estas e outras eventuais estruturas seriam edificadas em montes, arribas e outros locais elevados, em cabos, enseadas e pequenos portos de abrigo, transmitindo sinais de fogo durante a noite e de fumo durante o dia. Alguns dos pontos-chave, para além da desembocadura do rio de Colares, do cabo da Roca, da Azóia e de Porto do Touro, seriam as posições elevadas junto aos areais do Guincho, o cabo Raso, os Oitavos (onde terá existido um facho), a Costa da Guia, a Boca do Inferno (onde ainda hoje existe a Vigia do Facho), seguidos do porto de Cascais de onde se comunicaria – ou até mesmo antes – com a margem Sul e outros postos de vigia a nascente deste porto numa retransmissão de sinais que se ia difundindo até Lisboa.

Com uma nova ocupação militar do território e a necessidade de se consolidar a presença na linha do Tejo, isto após as forças cristãs terem tomado Santarém, Lisboa e a consequente rendição ou abandono de Sintra, Almada e Palmela (1147), ter-se-á mantido a necessidade de defesa costeira – talvez até tenha aumentado face ao perigo constante dos ataques marítimos muçulmanos²⁴ – sendo possível que as estruturas islâmicas tenham sido reaproveitadas e/ou

²⁰ Ana Margarida Arruda, *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal* (siglos VIII-VI a.C.) (Barcelona: Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, 2002), 29; *Idem*; Raquel Vilaça, “O Mar Grego-Romano antes de Gregos e Romanos: perspectivas a partir do Ocidente Peninsular”, sep. do *Mar Greco-Latino* (2006), 44.

²¹ Guilherme Cardoso; José d'Encarnação, “Sondagem no Espigão das Ruivas”, 150.

²² António Carvalho; Jorge Freire, “Âncora de pedra recolhida ao largo da Guia (Cascais)”, *Al-Madan* (II série, 15, Dez. 2007), (disponível em <http://www.almadan.publ.pt/15ADENDAXV.pdf> - consultada em 03/12/2011). A costa da Guia continuaria a ser muitos séculos depois um local de referência no apoio à navegação. Damião de Góis (c. 1554), reportando-se à ermida Quinhentista de Nossa Senhora da Guia, onde ainda hoje se encontra o farol com o mesmo nome, refere que esse era um local onde se acendiam “à noite uns fachos para indicar o trajecto aos navegantes nocturnos, evitando assim que estes, não conhecendo bem aqueles sítios, se vejam arrastados a arremessar as naus contra os baixios e rochedos vizinhos”. Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa* (2ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 2001), 41.

²³ Christophe Picard; Isabel Cristina Ferreira Fernandes, “La Défense côtière à l'époque musulmane”, 77, 90.

²⁴ Face à proximidade do inimigo e aos ataques marítimos levados a cabo às costas cristãs, sobretudo após a tomada de Alcácer do Sal pelas tropas califais almóadas (1191), altura em que Alcácer se torna uma base naval militarizada sob governação dos Banu Waziri, é de supor até que tenha sido uma prioridade crescente para a Coroa portuguesa o reforço do sistema de defesa costeira deste litoral. Apesar de uma trégua de guerra registada por cinco anos, o inimigo estava próximo e os posteriores ataques atingiam Lisboa e as suas imediações – com Sintra e Cascais na rota destas investidas –, prolongando-se inclusive mais para Norte numa actividade de *jihad* marítima contra o reino de Portugal. Sobre a importância de Alcácer do Sal vide António Rafael Carvalho, “A actividade marítima de Qasr al-Fath/Alcácer do Sal, no Alentejo litoral (1191-1217): pirataria ou yhiad marítima contra o reino de Portugal?”, in *Actas do 2º Encontro de História do Alentejo Litoral. 28 e 29 de Novembro de 2009*, coord. de Isabel Silva, João Madeira, Sofia Ferreira (Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes, 2010), 80-94.

até readaptadas. Apesar do planeamento de fortificações – e, possivelmente, de postos de vigia de menores dimensões – para a costa de Cascais ter começado a ganhar forma sobretudo durante a Monarquia Dual, é após a Restauração, num período entre 1642-1648, que se verifica a construção de vários fortes entre Belém e o Cabo da Roca para impedimento do desembarque inimigo nas praias e enseadas desta costa²⁵. Contudo, há muito que existiam pontos estratégicos identificados e é provável que algumas destas estruturas tivessem sido erguidas sobre outras mais antigas, ou nas suas proximidades, algumas vindas mesmo do período muçulmano – à semelhança do Alto da Vigia, onde se verificou a presença das estruturas de um facho da época Moderna junto ao *ribat*, ao que parece construído com as pedras desse mesmo *ribat*²⁶ –, uma das possíveis razões para não terem perdurado os seus vestígios²⁷.

À semelhança de outras zonas costeiras mais expostas ao perigo, como as que estavam situadas nas proximidades de cabos ou promontórios (*taraf*, pl. *atraf*), é possível que a defesa do litoral de Sintra-Cascais fosse administrada autonomamente em relação à *kura* de Lisboa com um governador próprio nomeado por Córdova. Este era o caso da Península de Setúbal que, segundo Ibn Hayyan, representava um território autónomo e distinto da jurisdição dos *kuwar* (distritos) de Lisboa e Alcácer do Sal, pelo menos durante o califado omíada²⁸, “com um governador encarregado de coordenar a defesa e garantir a vigilância marítima e terrestre”²⁹.

Mas neste sistema de alerta e defesa costeira certamente que entrariam em acção cavaleiros encarregados de fazer chegar informações a Lisboa (tradição que se manterá após a Reconquista de Lisboa conforme revela o foral de Sintra de 1154³⁰) e ao porto de Cascais, sobretudo quando as condições atmosféricas ou qualquer outra eventualidade não permitisse estabelecer contacto directo ou quando se queriam enviar mensagens detalhadas. De acordo com Ibn Hawkal, geógrafo oriental que visitou o Ocidente do al-Ándalus em 948 (embora só tenha escrito a sua obra posteriormente a 970 e tenha seguido fielmente muitas das indicações de al-Istakhri, que também havia visitado o al-Ándalus e cuja obra foi publicada c. 950), existia um caminho que ligava Lisboa a Sintra em dois dias e dali partia para Santarém com mais dois dias de viagem pela frente³¹. Esse caminho seria muito mais antigo até porque durante a época romana já existiria uma via que ligava Lisboa a Oeiras, a Cascais e a Sintra³².

²⁵ Sobre as fortificações vide Joaquim Boiça; Maria Rombouts de Barros; Margarida de Magalhães Ramalho, *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais* (Cascais: Quetzal, 2001).

²⁶ Vide infra, nota 66.

²⁷ O desaparecimento das estruturas islâmicas, não esquecendo as que eventualmente possam ter sido relegadas ao abandono e sujeitas à degradação do tempo até que as suas ruínas possam ter sido encobertas pela vegetação e pelas areias, terá a ver igualmente com o aparecimento de casas e de restaurantes ao longo do litoral cascaense num período mais recente. Da Costa da Guia (para lá do farol) e até às imediações do restaurante Furnas do Guincho, por exemplo, encontra-se uma zona encoberta boa parte por vegetação pelo que não sabemos o que essa mesma poderá esconder.

²⁸ Christophe Picard, *Le Portugal musulman*, 62, 142; *Idem*, “Les Ribats au Portugal”, 204-205.

²⁹ Manuel Sílvio Alves Conde, “Sesimbra, sobre a Costa do Mar”, *Arquipélago. História. Revista da Universidade dos Açores* (2ª série, VII, 2003), 248 (disponível em http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/390/1/Manuel_Conde_p243-268.pdf - consultada em 10/11/2011). Em 870, os *Banu Danis* ter-se-ão fixado em dois *ribats*, um em Alcácer e outro na Arrábida, “com a finalidade de travar o acesso viking aos estuários do Tejo e do Sado”. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, “A Península de Setúbal em Época Islâmica”, *Arqueologia Medieval* (n.º 7, 2001), 188.

³⁰ Francisco Costa, *O Foral de Sintra* (1154), *sua originalidade e sua expressão comunitária* (Sintra: Câmara Municipal, 1976), 89.

³¹ Ibn Hawkal, *Configuración del Mundo (Fragmentos alusivos al Magreb y España)* (Valência: Anubar, 1971), 68; José D. García Domínguez, “O Garb Extremo do Andaluz e «Bortuqa» nos Historiadores e Geógrafos Árabes”, sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Jul-Dez 1960), 352-353.

³² De acordo com Jorge de Alarcão “A densidade de estações nos concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra pressupõe a existência de uma via que, partindo de Olisipo, as servisse”. Mas a inexistência de miliários ou de vestígios de calçadas não permite estabelecer uma hipótese de traçado. Jorge de Alarcão, *O Dominio Romano em Portugal* (4.ª ed., Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002), 97. No entanto, sabe-se que na vila de Sintra foi “identificado um troço da via de ligação à estrada de *Olisipo*”. Maria Teresa Caetano, *Colares* (Sintra: Câmara Municipal, 2000), 32, nota 79. Ainda sobre o possível traçado da via cf. Rodrigo Banha da Silva, “As “Marcas de Oleiro” em *Terra Sigillata* da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d. C.)” (Diss. Mestrado, Universidade do Minho, 2005), 286, fig. 73; André de Oliveira-Leitão, “O Povoamento no Baixo Vale do Tejo”, 80.

Figura 1. O complexo geográfico Sintra-Cascais-Lisboa (simplificado).

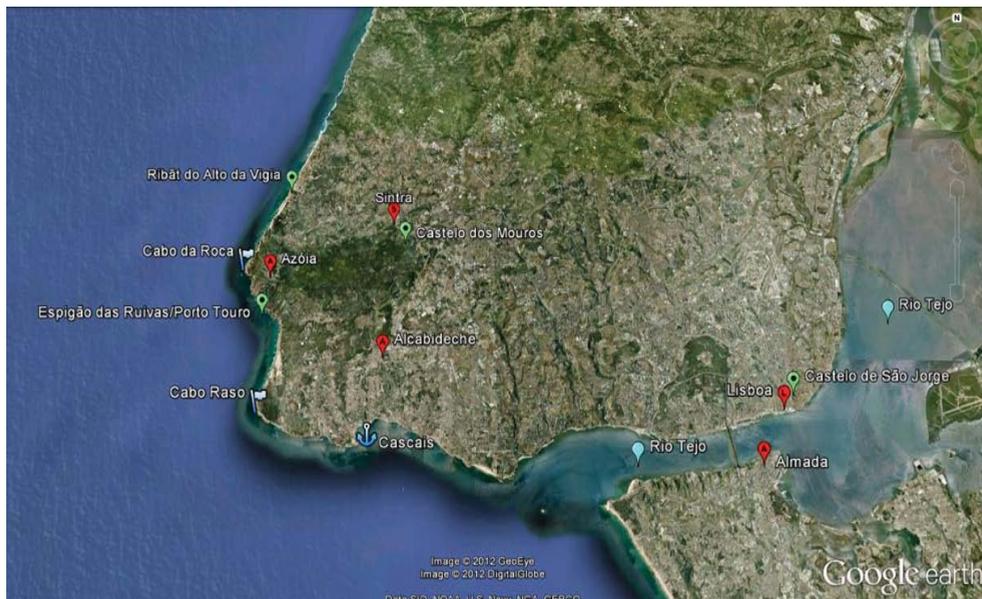


Figura 2. Cabo da Roca com vista para Norte (foto do autor).



2. O porto de Colares: dados e interpretações

Se temos alguma informação e ideia de como se exercia a defesa costeira a partir de terra, importa tentar perceber como esta funcionaria a partir do mar, ou seja, através da vertente activa, já que nas fontes muçulmanas não temos nenhuma referência a um porto localizado na

costa de Sintra que pudesse servir de abrigo aos navios de patrulha embora tal não fosse impossível³³.

Ibn Hawkal alude a um rio com desembocadura em Sintra³⁴. Por sua vez, al-Himyari menciona “um rio, cujas águas se lançam no mar, e donde são regados os seus vergéis”³⁵. O mesmo autor refere a abundância das maçãs de Sintra as quais chegavam “a ter quatro palmos de circunferência”. Partindo destas descrições de al-Himyari presentes na obra *Portugal na Espanha Árabe*, Maria Teresa Caetano identifica esse curso de água como sendo o rio de Colares³⁷ (também conhecido por rio das Maças, de Galamares e do Lourel, consoante os povoados que atravessa), cuja foz é na actual Praia das Maças, o qual terá funcionado como porto de Sintra.

Este rio, com cerca de 13,5 km e actualmente relegado à categoria de ribeira, nasce no Castanheiro, a cerca de 200 metros de altitude, e no seu percurso até ao mar é alimentado por várias ribeiras³⁸. Durante a Idade Média “desembocaria no Banzão ou nas suas proximidades, onde então se misturava com a água salgada do braço de mar que, ao entrar pela Praia das Maças, cobria parte do fértil vale de Colares”³⁹. Dada a proximidade geográfica é natural que Colares fizesse parte do território sintrense e que este rio integrasse esse termo. Só no reinado de D. Dinis é que Colares viria a ter o seu foral embora este não tenha chegado até aos nossos dias. De acordo com o Visconde de Juromenha o foral teria sido outorgado a 16 de Maio 1255, data que não se pode aceitar porquanto nos remete para o reinado de D. Afonso III⁴⁰, sendo a mesma em que é concedida uma carta de doação do reguengo de Colares a Pedro Miguel e a sua mulher⁴¹.

João de Barros (1522) parece ser o autor mais antigo a abordar a subida do rio de Colares e a mencionar o seu porto, remontando os acontecimentos ao período de domínio islâmico, ainda que numa obra de “história fingida”⁴². Segundo João de Barros, depois da subida do rio, naquele porto “se fazia huma grande Bahia [onde] estava hum Castello de maravilhosa fortaleza, e nelle huma torre mui alta, que descobria o mar d’ahi a dez legoas”⁴³. No século XVIII o frei carmelita Joseph de Santanna revelava que antigamente a maré chegava até Galamares sendo “o rio caudaloso e navegável. Entrava no Oceano por hum canal fundo, e limpo, pelo qual as embarcações mayores daquelle tempo se encaminhavão até a villa de Colares, onde havia sufficiente porto, em que surgião”⁴⁴.

Outros testemunhos importantes do antigo braço de mar que se estendia terra adentro permitindo a navegabilidade do rio residem nas características da natureza do próprio local, que, em alguns casos, ficaram registados nos nomes das povoações que acompanham aquele curso de água. Com efeito, os terrenos areentos e férteis verificados sobretudo nas margens do rio para baixo de Galamares,

³³ Nem mesmo o porto de Cascais mereceu qualquer atenção por parte dos autores muçulmanos embora saibamos que já era usado na época romana. Cf. Guilherme Cardoso, “As cetárias da área urbana de Cascais”, *Setúbal Arqueológica* (vol. 13, 2006), 145-150; António Carvalhal; Jorge Freire, “Cascais y la Ruta del Atlántico. El establecimiento de un puerto de abrigo en la costa de Cascais. Una primera propuesta”, in *Roma y las Provincias: modelo y difusión. XI Coloquio Internacional de Arte Romano Provincial* (Badajoz: Consejería de Cultura y Turismo, vol. II, 2011), 727-735.

³⁴ Ibn Hawkal, *Configuración del Mundo*, 69.

³⁵ Neste caso servimo-nos da tradução de Adel Sidarus; António Rei, “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval* (n.º 7), 60.

³⁶ António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* (vol. I), 63.

³⁷ Maria Teresa Caetano, *Colares*, 27. Deve-se a Maria Teresa Caetano a recolha dos dados disponíveis relativos ao rio e porto de Colares.

³⁸ Cf. José de Oliveira Boléo, *Sintra e seu termo (Estudo Geográfico)* (Lisboa: Minerva, 1940), 85-87.

³⁹ Maria Teresa Caetano, *Colares*, 19.

⁴⁰ Sobre os dados existentes que aludem a este diploma cf. *Ibidem*, 52-54, nota 142.

⁴¹ Vide *infra*, nota 92.

⁴² A expressão é de Jorge A. Osório, “Algumas Considerações sobre a «Crónica do Imperador Clarimundo»”, *Revista da Faculdade de Letras* (5ª sér., n.º 13-14, 1990), 153.

⁴³ João de Barros, *Chronica do Emperador Clarimundo, Donde os Reis de Portugal Descendem* (Quinta Impressão, Lisboa: Na Officina de João António da Silva, t. III, 1791), 19-20.

⁴⁴ Frei Joseph Pereira de Santanna, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios* (Lisboa: Na Officina dos Herdeiros de António Pedrozo Galram, t. II, 1751), 84 [sic], i. é, 86. Doravante 86.

certamente derivados de alagamentos cíclicos⁴⁵, bem como a toponímia e a micro-toponímia local – como é o próprio caso de Galamares, Rio do Porto, Porto Recôncavo, Ilha, Marinha, Auguaria, Terra Firme, entre outros⁴⁶, alguns de suposta origem muçulmana⁴⁷ – revelam essa relação com aquele curso de água que no passado teria uma foz ampla por onde entrava o mar.

Um documento de 1255 menciona “portus de Basam” enquanto que outro, de 1362, menciona apenas o “porto de Colares”, se bem que esta referência reportar-se-ia ao primeiro sítio (fig. 5) como salientou Maria Teresa Caetano. Em 1940, José de Oliveira Boléo dizia que ainda subsistiam “restos dum antigo ancoradouro” na várzea de Colares⁴⁸. Ademais, a tradição oral manteve a ideia de ter existido um paredão na Quinta da Prezinha (situada na parte baixa da vila) dotado inclusive de argolas para amarrar as embarcações⁴⁹.

Figura 3. Placa alusiva à Calçada do Rio do Porto em Sintra (foto do autor).



Que este rio terá funcionado como porto parece não haver dúvida, no entanto, resta tentar perceber desde e até quando terá sido navegável antes de ter assoreado. José de Oliveira Boléo remonta a sua importância ao tempo dos Fenícios dizendo que caso estes não viessem ao porto de Colares, dado Sintra ser a região mais rica da Estremadura a nível de produtos minerais, era natural que os seus habitantes tivessem que se deslocar a Lisboa a fim de trocar produtos⁵⁰. De facto, terão sido estes e outros recursos que atraíram os Fenícios à actual costa portuguesa, onde se começaram a fixar desde meados do século VIII a. C.⁵¹.

Recentemente veio a confirmar-se a importância do litoral de Colares pelo menos desde a época

⁴⁵ José Alfredo da Costa Azevedo, *Velharias de Sintra* (Sintra: Câmara Municipal, VI, 1988), 103.

⁴⁶ Sobre estes e os restantes topónimos cf. Visconde de Juromenha, *Sintra Pinturesca, ou Memória Descritiva da Vila de Sintra, Colares e seus arredores* (Sintra: Câmara Municipal, 1989-1990), 150; José de Oliveira Boléo, *Sintra e seu termo*, 81; Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, “A Região de Colares”, *Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa* (ano VI, n.º 24, Out. 1970), 87; Maria Teresa Caetano, *Colares*, 15, 21-23, nota 50.

⁴⁷ Vide José Pedro Machado, “Sintra Muçulmana. Vista de olhos sobre a sua toponímia árabe”, sep. do *Jornal de Sintra* (1940), 5-14; Sérgio Luís de Carvalho, “A Presença árabe em Sintra durante a Idade Média”, *História* (ano IX, n.º 101, Mar. 1987), 89-90; Catarina Coelho, “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros”, 209; André de Oliveira-Leitão, “O Povoamento no Baixo Vale do Tejo”, 135-140.

⁴⁸ José de Oliveira Boléo, *Sintra e seu termo*, 80-81.

⁴⁹ Maria Teresa Caetano, *Colares*, 14, 21, nota 35.

⁵⁰ José de Oliveira Boléo, *Sintra e seu termo*, 40.

⁵¹ Ana Margarida Arruda; Raquel Vilaça, “O Mar Grego-Romano antes de Gregos e Romanos”, 46.

romana. Após intervenções arqueológicas de carácter preventivo iniciadas em 2008 pela equipa do Museu Arqueológico de São Miguel Odrinhas (MASMO) numa plataforma sobranceira à praia das Maças, situada na margem esquerda da actual ribeira de Colares e que ainda comporta os micro-topónimos Alto da Vigia (ou Vigia de Colares) e Alconchel, vieram a identificar-se estruturas romanas. Estas confirmaram a existência do santuário romano consagrado ao Sol e à Lua que se sabia ter existido no litoral de Sintra, dando assim sentido às afirmações de Ptolomeu quando se reportava à Serra de Sintra e ao Cabo da Roca por Serra da Lua e Promontório da Lua⁵². O santuário está datado do século II d. C. tendo sido referido no século XVI por Valentim Fernandes, Francisco de Holanda⁵³ e André de Resende⁵⁴, bem como pelo viajante inglês James Murphy “que visitou Portugal em 1789 e 1790”⁵⁵.

Não se sabe o uso exacto que os Romanos teriam feito do rio de Colares mas pelo facto de em Santo André de Almoçageme (freguesia de Colares), junto à estrada que segue para a Praia Grande, ter sido identificada a *villa* mais ocidental do mundo romano, naturalmente deve-se associá-la ao próprio santuário de Colares e à utilização do rio não só para as necessidades quotidianas mas também para a entrada de produtos⁵⁶. Durante as escavações iniciadas na década 80 do século passado foi detectada *Terra Sigillata Hispânica Tardia*, cerâmica fina de importação produzida na região central do Norte da Península Ibérica, a qual pode “ter tido um circuito comercial essencialmente interior e fluvial”⁵⁷. Foi ainda identificada *Sigillata Africana* de tipo A, A/C, C e D, sendo que, os achados da denominada Clara A/C, encontram-se, “maioritariamente, nas orlas atlântica e mediterrânica – à excepção de alguns portos interiores servidos por importantes vias fluviais –, comprovando, desse modo, a difusão quase exclusiva marítima destes fabricos”⁵⁸. As cerâmicas provenientes do Norte de África ali exumadas perfazem o total de 95% dos fragmentos encontrados, revelando assim a intensa relação comercial com *Olisipo* durante a segunda metade do século III d.C. e durante o século IV. Isto atesta bem a importância do seu porto na recepção dos mesmos produtos e a posterior difusão pelo Ocidente da *Lusitânia*⁵⁹, sendo que a própria existência do rio de Colares – certamente um dos grandes factores para o estabelecimento da *villa* romana naquela área – poderia ter facilitado a entrada desses produtos até ao interior sintrense após descarga em Lisboa.

A estes dados devem ser acrescentados os exemplares e fragmentos de ânforas romanas (fabricadas nos fornos do Vale do Sado e datáveis dos séculos I-II d. C.) que começaram a ser descobertos fortuitamente na década de 50 do século passado num areal do Mucifal (Colares), fazendo parte daquilo que se pensa ter sido um depósito de ânforas à semelhança de outros descobertos em território lusitano⁶⁰. Isto indicia ainda mais a utilização do rio de Colares pelos navios romanos, actividade essa que não seria estranha a outros locais das proximidades como

⁵² Patrícia Jordão; Pedro Mendes; Alexandre Gonçalves, “Alto da Vigia (Colares, Sintra). Relatório dos Trabalhos Arqueológicos [de 2008]” (2009), 3. Depositado no Arquivo de Arqueologia do IGESPAR sob o código 2008/1 (584).

⁵³ Francisco de Holanda, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa* ([Lisboa]: Livros Horizonte, 1984), 31.

⁵⁴ André de Resende, *As Antiguidades da Lusitânia* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009), 144-147.

⁵⁵ M. Justino Maciel, “Sintra: da Antiguidade à Idade Média”, in *Contributos para a História Medieval de Sintra. Actas do I Curso de Sintra (28 de Março – 2 de Junho de 2007)* (Sintra: Câmara Municipal, 2008), 30.

⁵⁶ Refira-se ainda que o Visconde de Juromenha relacionou o Banzão com o topónimo Bassa, reportando-se a uma “antiga e hipotética povoação romana”, embora sem apresentar “qualquer fundamento filológico, histórico ou arqueológico” como refere Maria Teresa Caetano. Visconde de Juromenha, *Sintra Pinturesca*, 151; Maria Teresa Caetano, *Colares*, 19, nota 31.

⁵⁷ Cf. Élvio Melim de Sousa, “Terra Sigillata Hispânica Tardia da *Villa* de Santo André de Almoçageme (Colares, Sintra)”, sep. de *Artefactos* (vol. I, 1992), 16.

⁵⁸ *Idem*, “Presença de “Terra Sigillata” Clara com decoração de relevos aplicados na *Villa* de Santo André de Almoçageme (Freg. de Colares, conc. de Sintra)”, sep. de *Setúbal Arqueológica* (vol. IX-X, 1992), 386.

⁵⁹ Saliente-se ainda a detecção de cerâmicas finas importadas do Sul da Gália e do Mediterrâneo Oriental. *Idem*, “Ruínas Romanas de St.º André de Almoçageme”, in *Actas do Seminário O Espaço Rural na Lusitânia. Tomar e o seu Território, 17 a 19 de Março 1989* (Tomar: Centro de Estudos de Arte e Arqueologia da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, 1992), 85-91.

⁶⁰ Frederico Coelho Pimenta, “Subsídios para o estudo do material ânforico conservado no Museu Regional de Sintra”, *Sintria. Revista de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia* (vols. 1-2, t. I, 1982-83), 117-150. Agradecemos a informação fornecida por Alexandre Gonçalves.

se tem vindo a perceber por vários dados arqueológicos⁶¹.

Voltando ao Alto da Vigia, no decorrer das intervenções foram identificados igualmente vestígios da torre de um facho de tipologia semelhante ao da Boca do Inferno (Cascais) que talvez correspondam ao que resta do facho que outrora existiu a Norte do Cabo da Roca⁶², bem como importantes vestígios do período muçulmano possivelmente relacionados com o topónimo Alconchel (*al-concilium*). Destaque para um *ribat* – cuja edificação se ergueu com múltiplos elementos arquitectónicos romanos – composto por várias salas, sendo que numa delas existe “um mirhab orientado para Sudeste, virtualmente no sentido de Meca”, tal como vestígios de fogueiras e restos de cerâmica datados do século XII que devem corresponder ao período final de ocupação islâmica. Saliente-se ainda a identificação de uma área de necrópole com várias sepulturas associadas a esse mesmo período final de ocupação do local⁶³.

Contrariamente ao *ribat* de Aljezur (construído c. 1130 e que se sabe inclusive o nome do seu fundador: o mestre sufi Ibn Qasi), o primeiro a ser identificado em solo português e o segundo na Península Ibérica, posteriormente ao de Guardamar⁶⁴ (edificado na segunda metade do século IX no antigo delta do rio Segura, no Sul de Alicante)⁶⁵, nenhuma fonte islâmica parece ter registado a existência do *ribat* de Colares. Nem os humanistas portugueses que visitaram as ruínas do santuário romano no século XVI deram importância aos vestígios islâmicos, se bem que isso deva ser entendido na medida em que, uma vez inseridos na corrente humanista, o importante era divulgar o legado do passado clássico ou talvez porque os mesmos vestígios já estivessem bastante degradados e não fossem tão perceptíveis face à sua possível reutilização para a construção do facho. Os trabalhos arqueológicos ainda não permitiram datar o *ribat* mas novos dados surgirão certamente com o retomar das escavações, apesar de boa parte das construções islâmicas se encontrarem bastante destruídas presumivelmente devido a remoção e utilização das suas pedras para a edificação da torre do facho⁶⁶.

No entanto, não foge à vista que o *ribat* estava situado numa zona de fronteira⁶⁷, de forma estratégica edificado à entrada do rio, servindo como local defensivo do principal acesso marítimo ao interior de Sintra. De facto, sabe-se que estas estruturas eram construídas em zonas marítimas importantes, algumas mesmo na desembocadura de rios para protegerem o acesso a

⁶¹ No entanto, está ainda por perceber o papel das “baías e enseadas da área do estuário de comprovada utilização na Antiguidade, que podem ter detido uma relevância um pouco além da sua suposta complementaridade, casos de Colares, Cascais ou Cacilhas”. Rodrigo Banha da Silva, “As “Marcas de Oleiro” em *Terra Sigillata da Praça da Figueira*”, 258.

⁶² Patrícia Jordão; Pedro Mendes; Alexandre Gonçalves, “Alto da Vigia (Colares, Sintra). Relatório dos Trabalhos Arqueológicos”, 3-4, 17.

⁶³ <http://www.museuarqueologicocodrinhas.pt/escavacoes/1/alto-da-vigia.html> (consultada em 25/10/2011). É de referir ainda a descoberta de silos muçulmanos escavados na rocha sob a necrópole da Igreja Matriz de Colares, à semelhança dos que foram descobertos no castelo dos Mouros e na vila velha de Sintra, e cujo espólio se resumia a grandes quantidades de búzios, conchas e fragmentos cerâmicos. O abandono e preenchimento dessas estruturas terá ocorrido no século XI. Maria Teresa Caetano, *Colares*, 38, 43, 62.

⁶⁴ De acordo com R. Azuar as escavações arqueológicas efectuadas em Guardamar permitiram detectar um processo de transformação que estas estruturas sofreram no al-Ándalus “durante el califato, por el cual los antiguos ribât-s, acabaron transformandose en rábitas, germen de las zâwiyas posteriores”. Cf. R. Azuar, “El ribât en al-Andalus: espacio y función”, *Ilu. Revista de Ciencias de las Religiones. Anejos* (X, 2004), 24.

⁶⁵ Rosa Varela Gomes; Mário Varela Gomes, “O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve): resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* (vol. 7, n.º 1, 2004), 483, 560.

⁶⁶ <http://www.museuarqueologicocodrinhas.pt/escavacoes/1/alto-da-vigia.html> (consultada em 25/10/2011).

⁶⁷ De referir que a localização dos *ribat/s* nas zonas de fronteira, entre as rotas marítimas e fluviais, é característica dos primitivos *ribat/s*. Manuela Marín, “La práctica del ribat en al-Andalus (ss. III-V/IX-XI)”, in *Fouilles de la Râbita de Guardamar I – El Ribat Califal. Excavaciones e investigaciones* (1984-1992), coord. de Rafael Azuar Ruiz (Madrid: Casa de Velasquez, 2004), 191; R. Azuar, “El ribât en al-Andalus”, 24.

portos interiores, embora para o Magreb e o Mediterrâneo Oriental se lhe aponte uma finalidade mais ligada ao desenvolvimento do movimento comercial marítimo do que propriamente ao seu carácter militar⁶⁸. Naturalmente, este *ribat* seria habitado (ou frequentado) por um grupo de *muridun* (guerreiros) preparados para ao mínimo sinal de alarme se posicionarem na extremidade do Alto da Vigia, virada para a Praia das Maças, a fim de impedir a aproximação de navios. Mas a defesa deste ponto, em particular, e a tentativa de evitar um desembarque inimigo, não seria tarefa fácil porque do lado esquerdo, na actual Praia Pequena e, sobretudo, na Praia Grande, existiriam outras possibilidades de desembarque muito embora o perfil topográfico local não devesse ser exactamente como hoje (cf. fig. 8).

Figura 4. Pormenor da área de Colares com base na Carta Corográfica de Portugal na Escala 1:50 000, 34-A (Sintra), M 7810, edição 3 – IGCP, 1991.

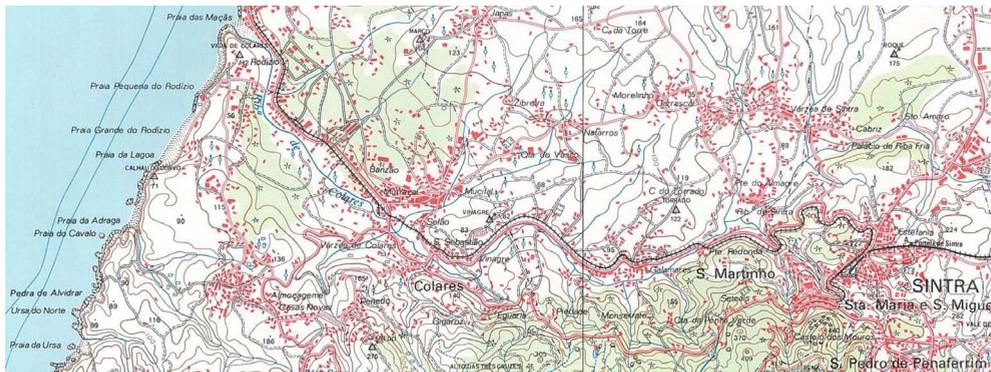
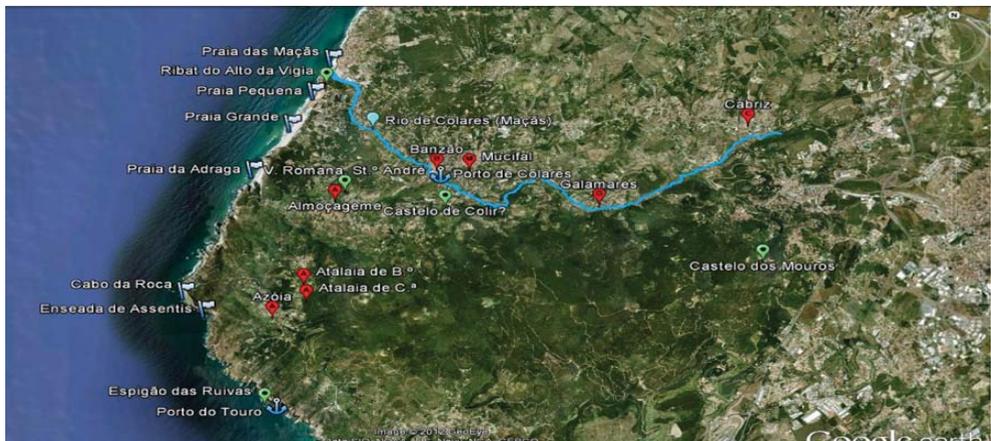


Figura 5. Panorâmica de Sintra com destaque para os principais locais e estruturas referidas neste estudo⁶⁹.



⁶⁸ Sabe-se que algumas rotas comerciais da costa oriental mediterrânica eram apoiadas em *ribats* com navios a chegarem das costas cristãs carregados de produtos, sendo que o aviso da sua chegada era dado através das torres de vigia com as gentes da região a acorrerem aos *ribats* para comerciarem. Cf. R. Azuar, “El ribát en al-Andalus”, 28-29.

⁶⁹ Embora durante a Idade Média o mar avançasse para o interior do território sintense tendo influência na direcção do curso do rio de Colares e na localização da sua foz, o possível traçado do antigo rio – actualmente relegado à categoria de ribeira – foi delineado até às imediações de Cabriz através do percurso da ribeira (também com o auxílio da *Carta Corográfica de Portugal* acima apresentada, de onde retirámos alguns topónimos que ilustram a imagem). Depois de Cabriz, e mesmo com base na imagem por satélite, torna-se confuso tentar captar o trecho da ribeira.

Figura 6.
Praia das Maças vista do
Alto da Vigia (foto do autor).



Figura 7.
Vestígios arqueológicos do
Alto da Vigia (foto do autor).



Figura 8. Pormenor da área onde se fazia a defesa da entrada do rio de Colares.



Quanto à navegabilidade do rio de Sintra parece que os autores islâmicos nada registaram. Já vimos que Ibn Hawkal menciona um rio a desembocar em Sintra durante o século X, e este pode ser identificado como sendo o rio de Colares por ser o curso de água mais significativo na região, mas a verdade é que a descrição surge de forma pouco clara, parecendo mesmo deslocada, não

revelando nada quanto à sua utilidade⁷⁰.

Christophe Picard e Isabel Cristina Ferreira Fernandes aludem, porém, a uma passagem de al-Idrisi que considera a deslocação marítima de Lisboa a Sintra uma etapa ligeira deixando no ar a ideia de apontagem algures⁷¹, certamente no rio de Colares.

Mais tardiamente surge uma descrição de al-Himyari que associa o rio⁷² sintrense que corria para o mar apenas à rega dos “vergeís”⁷³. A simplicidade dessa descrição, à primeira vista, podia ser entendida na medida em que na altura da sua recolha o processo de assoreamento pudesse já estar bastante avançado e o rio já só servisse para as tarefas horto-frutícolas, mas a questão é que não se sabe ao certo quando foi recolhida e a quem pertence originalmente. É que para além de terem existido duas pessoas presumivelmente da mesma família e com nome semelhante (al-Himyari) a publicar a mesma obra, embora com uma distância cronológica bastante considerável⁷⁴, as notícias de carácter histórico-geográfico usadas teriam sido recolhidas a partir de obras de autores mais antigos, sendo que a originalidade das notícias geográficas referentes ao Garb al-Ándalus, pelo menos as de Lisboa, costumam ser atribuídas a al-Bakri (século XI) e a al-Idrisi (século XII)⁷⁵, os quais recolheram informações muitas vezes por experiência própria no terreno.

Outra possibilidade é que durante a época islâmica já só se navegasse pelo rio de Colares em períodos de preia-mar devido a esse avanço do processo de assoreamento, à semelhança do que acontecia um pouco por toda a costa, em que o transporte de grandes volumes de sedimentos derivados de fenómenos erosivos dos solos interiores (sobretudo das vertentes montanhosas) marcou uma acumulação crescente e o impedimento das zonas fluviais navegáveis⁷⁶. A própria descrição de João de Barros ao ter em conta as condicionantes causadas pela vazante aponta nesse sentido: “porque a maré a este tempo vazava, ficarão algumas Nãos tão baixas na mão do Rio, e a terra tão alcantilada, que toda ficou igual com o bordo da Náo”⁷⁷. Assim, presume-se que em períodos de baixa-mar só seria possível aportar na enseada das Maças tendo de se esperar pela enchente para chegar ao porto interior.

Não obstante, o rio de Colares continuava a ser um local estratégico para um ataque ao interior de Sintra – a qual foi sendo constantemente atacada ao longo da ocupação islâmica, ora andando sob domínio muçulmano, ora sob domínio cristão, isto quando não era abalada por revoltas internas –, tendo apenas que se esperar pela enchente para subir aquele curso de água.

⁷⁰ “Una etapa de Yébenes a Toledo, gran ciudad famosa y célebre, más importante que Pechina, rodeada de una sólida muralla, regada por el Tajo, sobre el cual se encuentra un gran puente de piedra con una longitud de cincuenta brazas; este riachuelo se proyecta en el rio que tiene su desembocadura en Cintra”. Ibn Hawkal, *Configuración del Mundo*, 69; Clara Delgado Valero, “Noticias sobre Toledo suministradas por los geógrafos musulmanes”, *En la España Medieval* (t. V, 1986), 301-302. Parece claro o desfazamento entre a descrição do Tejo e a passagem para o tal riacho que se lança no rio de Sintra.

⁷¹ Christophe Picard; Isabel Cristina Ferreira Fernandes, “La Défense côtière à l’époque musulmane”, 67.

⁷² Na edição publicada por Borges Coelho a referência surge como “um curso de água que se lança no mar e serve para a rega das hortas”. Cfr. António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* (vol. I), 63.

⁷³ Adel Sidarus; António Rei, “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”, 60.

⁷⁴ Durante o século XVII existiam duas versões desta obra a circular atribuídas a diferentes indivíduos, embora presumivelmente da mesma família, sendo que só a mais recente chegou até aos nossos dias tendo direito a publicação por parte de Lévi-Provençal. A versão mais antiga, sem data de edição, mas que provavelmente teria vindo a lume em finais do século XIII cristão ou inícios do seguinte, a partir de diversas notícias de carácter histórico-geográfico assimiladas de outros autores árabes, já era citada em 814 (1411-1412) por alguns autores e copistas. Por sua vez, a obra mais recente teria sido retocada e publicada em 1461 por um familiar que também tinha al-Himyari no nome, o qual viria a falecer em 900 (1494-1495), mas que não indicou a prioridade de autoria do anterior familiar ficando assim como único autor. Al-Himyari, *Kitab ar-Rawd al-Mi’rar*, trad. por M.ª Pilar Maestro González (Valência: Anubar, 1963), 5-9.

⁷⁵ Cf. José García Domingues, “Aspectos geográficos da Lisboa muçulmana”, *Revista Municipal* (vol. XXVIII, n.º 112-113, 1967), 11, 13.

⁷⁶ Maria Luísa Blot, *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal* (Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003), 38-42.

⁷⁷ João de Barros, *Chronica do Emperador Clarimundo*, 25.

Ao descrever a subida das naus de Clarimundo pelo rio de Colares, João de Barros não refere nenhum posto defensivo à sua entrada, somente junto ao porto interior, sendo que só aí foi dado o sinal de alerta da chegada de navios estranhos através de um sino colocado na parte mais alta da torre do castelo. Desde logo equipou-se uma fusta com perto de vinte homens armados e com quem os homens de Clarimundo travaram combate. Seguiu-se uma luta com Morbanfo onde Clarimundo, depois da invasão do castelo de Colir, veio a vencer o gigante e a apoderar-se do mesmo⁷⁸.

Embora João de Barros tenha fantasiado a sua história teria de haver algum fundamento real para abordar a navegabilidade deste rio – que na sua época já não seria navegável – e a existência de um porto que parece ficaria situado precisamente nas proximidades da actual Quinta da Prezinha (local que permaneceu na memória popular por ter um paredão de aportagem e que está situado próximo da Rua dos Marinheiros), se tivermos em conta as informações que o carmelita Joseph de Santanna nos deixa sobre o castelo de Colares. Porém, este castelo estaria numa posição mais elevada e afastada do porto do que inicialmente João de Barros revela. É que se Barros na primeira referência que faz ao castelo dá a entender que este ficaria precisamente no porto mencionado, mais adiante infere-se que estaria nas suas proximidades e num local elevado de onde se avistaria o porto, sendo assim compatível com o local sobranceiro à vila moderna onde se pensa ter existido o castelo de Colares.

Sabe-se que este suposto castelo erguido na época islâmica – de fundação anterior ao castelo de Cintra (Mouros) segundo Barros⁷⁹ – funcionava em inícios do século XVII como Câmara e cadeia colarense, tendo sido adquirido por D. Dinis de Melo e Castro, antigo bispo de Leiria, Viseu e Guarda, que o transformou num palácio para sua habitação⁸⁰. Isto teria ocorrido c. 1620 sendo que o palácio teria muito provavelmente sido construído a partir de uma estrutura manuelina preexistente – nas imediações detectaram-se elementos pétreos de um portal manuelino –, a chamada Casa da Câmara, que, por sua vez, teria sido construída a partir da estrutura do antigo castelo muçulmano com vista para o oceano. O palácio terá ardido em meados do século XIX tendo sido demolidas, já no início do século XX, as ruínas do Paço para a construção de uma escola primária. Assim, restou “apenas o grande terraço sobranceiro à vila moderna”⁸¹.

Pese embora a hipótese comumente aceite de que um dos castelos de Sintra referido por al-Himyari estivesse edificado no sítio onde se encontra o Paço sintrense, Maria Teresa Caetano não deixou de mencionar que o geógrafo poderia querer reportar-se ao castelo de Colares⁸². Contudo, na impossibilidade de se confirmar a veracidade da tradição vinda de João de Barros e seguida por Joseph de Santanna, somente a arqueologia poderá vir a confirmar ou a desmentir uma possível origem islâmica da estrutura primitiva daquele edifício.

⁷⁸ Durante a narração da luta João de Barros vai dando informações sobre a corrente do rio, sobre as condições a que os navios estavam sujeitos com a vazante, as armas usadas por Morbanfo outrora tomadas a mercadores que ali tinham aportado, revelando ainda a tática de guerra baseada no uso de balsas de lenha incendiadas que se lançavam rio abaixo a fim de incendiar os navios que ali chegavam, tal como Morbanfo já tinha feito a umas fustas de Lisboa. *Ibidem*, 19-31.

⁷⁹ *Idem*, 33, 37-38.

⁸⁰ Frei Joseph de Santanna, *Chronica dos Carmelitas*, 88-89.

⁸¹ Maria Teresa Caetano, *Colares*, 104-107, notas 243, 245.

⁸² Cfr. *Ibidem*, 35-36, nota 91.

Figura 9. Arcada subsistente do terraço do palácio de D. Dinis de Melo e Castro (foto do autor).



Terá sido também pelo rio de Colares que, em 1109, Sigurd, jovem rei norueguês, avançou com os seus navios para levar a cabo um assalto a Sintra⁸³, vindo a desembarcar possivelmente no porto referido por João de Barros durante a preia-mar. Como se sabe a expedição cruzada que havia de levar Sigurd à Terra Santa e colocá-lo na rota de Sintra teve início no Outono de 1107. Nesse ano, Sigurd partiu da Noruega com uma frota de 60 navios rumo a Inglaterra onde foi acolhido por Henrique I e acabou por invernar. Voltou ao mar na Primavera de 1108 rumo à Galiza e ali permaneceu até ao Outono. Após o governador local deixar de abastecer Sigurd e os seus homens com a comida e os suprimentos adequados, os Viquingues vieram a saquear o castelo levando os objectos de valor, os alimentos e os navios que conseguiram. Depois desta rapina a frota de Sigurd fez-se ao mar vindo, já em 1109, a atacar o castelo de Sintra [Mouros ou Colir?] o qual era habitado por “pagãos que loitaban contra cristiãos”. Sigurd conquistou o castelo e matou todos os seus habitantes porquanto não se quiserem converter ao Cristianismo, obtendo uma grande presa⁸⁴. Assim reza a saga nórdica.

Curiosamente, reportando-se a 1109, a *Chronica Gothorum* refere que Sintra fora conquistada nesse ano pelas forças de D. Henrique. Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo falam mesmo na possibilidade de D. Henrique ter sido coadjuvado por Sigurd e suas forças⁸⁵ embora as crónicas cristãs nada revelem quanto a isso. Para Mário Jorge Barroca é possível que D. Henrique apenas

⁸³ *Idem*, 41. Numa obra de 1997, citando R. Dozy, *Recherches sur L'Histoire et la Littérature de L'Espagne pendant le Moyen Age* (Trois. éd., Paris: Maisonneuve & Co., t. II, 1881), 324, Christophe Picard diz que Sigurd atacou o porto de Sintra “d’où les païens faisaient des incursions contre les chrétiens” (*La mer et les Musulmans d’occident au Moyen Age (VIII-XIII siècle)*) (Paris: Presses Universitaires de France, 1997), 63). Se bem que R. Dozy refira Sintra como um local onde se faziam incursões contra os cristãos, o mesmo autor não menciona nenhum porto naquela área. Contudo, em 2000, fazendo a mesma referência a R. Dozy, Picard parece corrigir a anterior versão referindo Sintra somente como “une escale” onde os pagãos faziam incursões contra os cristãos. O historiador acrescenta que “Faire de Sintra un port n’est pas absurde, étant donnée la proximité de la mer, mais les sources arabes n’en font pas mention”. Christophe Picard, *Le Portugal musulman*, 215.

⁸⁴ Vicente Almazán, *Gallaecia Scandinavica. Introducción ó estudio das relacións galaico-escandinavas durante a Idade Media* (Vigo: Galáxia, 1986), 131.

⁸⁵ Afonso do Paço; Fausto J. A. de Figueiredo, “Os Antecedentes da Conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques”, sep. da *Revista Brotéria* (vol. XXXVIII, fasc. 4, Abr. 1944), 8-10, nota 17.

tenha recebido o senhorio da vila depois da sua conquista e que possa nem ter participado nesse assalto. Seja como for, pouco depois da tomada de Sintra chega a notícia da morte de Afonso VI, ocorrida a 29 de Julho, pelo que a comunidade muçulmana local aproveitou para se revoltar e, em finais desse ano, já teria de novo o controlo de Sintra⁸⁶. Diferente posição tem José Mattoso que, não mencionando o ataque e conquista do castelo de Sintra por Sigurd, considera “um facto pouco verosímil” que D. Henrique tenha recuperado o castelo em 1109 “dada a proximidade de um apoio tão forte como a cidade de Lisboa e as condições da sua defesa quase inexpugnáveis”⁸⁷.

Mas não era apenas o rio de Colares que poderia ter permitido o desembarque dos Viquingues nas proximidades de Sintra. Para além das praias mais próximas (Praia Pequena, Praia Grande, Praia da Adraga ou até mesmo o Guincho), embora sempre sujeitas a forte ondulação, existiam outros possíveis locais de desembarque ao longo da costa como é o caso de Porto do Touro ou até mesmo do porto de Cascais. Todavia, se Cascais ficava já um pouco distante do castelo de Sintra – e mesmo que o seu porto tivesse sido tomado pelas forças de Sigurd não seria sábio deixar ali os navios e optar por uma longa caminhada até Sintra, virando costas a possíveis reforços inimigos que poderiam chegar de Lisboa ou de outro porto mais a Sul –, um desembarque em Porto do Touro oferecia grandes dificuldades de progressão no terreno devido ao seu difícil percurso montanhoso para além de que as suas reduzidas dimensões não permitiriam acolher tantos navios.

Neste plano, aliando a proximidade do alvo a atacar às possibilidades de progressão no terreno, nenhum outro local oferecia melhores condições de desembarque que a costa de Colares cuja subida do rio condizia bem com o estilo dos guerreiros Viquingues, habituados a expedições por quilómetros acima da linha de costa em navios adaptados a cursos de água rasos. A lógica viquingue consistia em tentar levar os navios o mais próximo possível dos alvos a atacar, daí que se presume que, caso não tivessem desembarcado logo na Praia das Maças ou um pouco acima, tenham tentado navegar o mais possível para montante já a pensar em carregar os navios com os objectos saqueados e os prisioneiros que habitualmente eram feitos escravos⁸⁸. Porém, antes da subida do rio, Sigurd teria de travar combate com as forças que guardariam o *ribat* do Alto da Vigia – apenas o terceiro até ao momento identificado em toda a Península Ibérica –, por essa altura possivelmente já edificado⁸⁹.

⁸⁶ Mário Jorge Barroca, “Da Reconquista a D. Dinis”, in *Nova História Militar de Portugal*. I Vol., dir. de Manuel Themudo Barata; Nuno Severiano Teixeira, coord. de José Mattoso (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003), 34-37. Porém, segundo Luís Saavedra Machado, a *Brevís Historia Gothorum* inverte a ordem dos acontecimentos da *Chronica Gothorum* “relegando, parece que logicamente, a conquista [cristã] de Sintra para depois do falecimento de Afonso VI, perto do ano seguinte”. Cfr. Luís Saavedra Machado “Circunstâncias do ataque a Lisboa por Sigurd da Noruega (1109)”, *O Instituto. Revista Científica e Literária* (n.º 111, 1948), 216, nota 3.

⁸⁷ Afonso do Paço; Fausto J. A. de Figueiredo, “Os Antecedentes da Conquista de Lisboa”, 8-9. Recorde-se que Sintra havia voltado ao poder cristão em 1093. Neste ano, em troca de protecção face aos exércitos almorávidas, al-Mutawakkil, rei da taifa de Badajoz, havia firmado uma aliança com D. Afonso VI ficando as cidades de Lisboa, Santarém e o castelo de Sintra sob poder cristão, sendo a defesa das mesmas confiada a D. Raimundo. Em Novembro do ano seguinte Lisboa e Sintra já estavam de volta à posse islâmica, enquanto Santarém cairia para o Islão apenas em 1111. Mário Jorge Barroca, “Da Reconquista a D. Dinis”, 34.

⁸⁸ José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Temas e Debates, 2007), 32, nota 1, supõe que o texto que alude à conquista de D. Henrique tenha sido mal transcrito ou possa estar mal datado.

⁸⁹ Ainda em Sintra, Sigurd terá organizado o plano de ataque a Lisboa (José de Oliveira Boléo, “Assaltos a Lixbona e Chintrá em 1107-1108”, *Revista Municipal. Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa* (ano III, n.º 13-14, 1942), 39) onde as suas forças vieram a deparar-se com uma cidade habitada por metade de cristãos e a outra de pagãos. Seguiu-se um ataque mais demorado a Alcácer do Sal e que veio a deixar a cidade vazia. Para uma visão mais actualizada da expedição vide Richard W. Unger, “The Northern Crusaders: the logistics of English and other Northern Crusaders fleets”, in *Logistics of Warfare in the Age of the Crusades*, ed. John H. Pryor (Aldershot: Ashgate Publishing, 2006), 251-254.

⁸⁹ Embora ainda não se tenha atribuído uma datação a este *ribat*, é preciso ver que fora edificado numa zona de fronteira, à entrada do rio, local estratégico de defesa do principal acesso por mar ao interior sintrense, pelo que a lógica da sua construção, face a toda a problemática dos ataques viquingues e constante tentativa de tomada de Sintra pelas forças cristãs, teria de ser muito anterior ao século XII.

Se no plano militar o rio de Colares teria tido a sua importância o mesmo se pode dizer no plano económico. Tendo em conta a proximidade de Lisboa, Maria Teresa Caetano refere que naquelas circunstâncias teria sido proveitoso transportar por mar as frutas e legumes frescos que diariamente partiam de Sintra para Lisboa⁹⁰. Supõe-se que ainda fosse assim durante o Garb al-Ándalus e que por ali se fizesse a saída e entrada de produtos para abastecimento sintrense, embora com cada vez menos frequência devido ao avançar do assoreamento, estando essas comunicações com o exterior possivelmente relegadas aos períodos de preia-mar como já mencionámos.

Alguns documentos da época cristã que possivelmente nos poderiam elucidar sobre a actividade do ancoradouro colarense, ou remeter para algum paralelo passado, nada revelam. O foral de Sintra de 1154 não refere nenhum ancoradouro, apenas um rio a passar em Galamares. Por sua vez, o suposto foral dionísio de Colares parece ter-se perdido no tempo enquanto que o foral manuelino de 1516 nada refere. Contudo, como já se referiu, um documento de 1255 faz referência a “portus de Basam” enquanto que outro, de 1362, menciona o “porto de Colares”, embora esta última referência dissesse respeito ao primeiro sítio⁹¹.

Mas a existência destes dois documentos, porém, não quer dizer que nesse espaço de tempo o rio ainda fosse navegável até porque os ditos nada referem quanto à sua utilidade portuária⁹². É possível que por essa altura o braço de mar apenas só se estendesse até à zona do Banzão durante a preia-mar, ou já nem isso, e que o “antigo ancoradouro colarense estivesse já completamente desactivado”⁹³. Note-se que, apesar de em 1362 ainda se aludir ao porto de Colares, a verdade é que Cascais funcionava como porto comercial e exportador dos produtos de Sintra anteriormente a 1377⁹⁴, muito embora em 1364 tenha conseguido libertar-se da sujeição a Sintra – sendo elevada a vila – e em 1370 tenha conseguido a criação do seu termo e senhorio. Assim, admite-se que por essa altura o rio já estivesse bastante limitado pelo assoreamento não permitindo a sua navegabilidade, podendo apenas ter mantido a tradição de um nome e ideia de porto que vinha de um passado recente, porquanto as suas estruturas de aportagem ainda seriam visíveis.

Damião de Góis, que na *Descrição da Cidade de Lisboa* (c. 1554) faz algumas referências ao litoral de Colares embora envolvidas na mitologia antiga, nada refere quanto a este ser um local de aportagem de navios. Nem mesmo Francisco de Holanda – embora tenha desenhado a foz do rio – e André de Resende, que escreveram sobre o santuário romano, remeteram alguma indicação para a utilidade do rio. No tempo de Joseph de Santanna o rio corria já “com diminuição tão perceptível nas águas [...] pelo impedimento das arêas, que na barra se amontoaram [...] que apenas pode chegar à boca do rio (quando o tempo he favorável) algum pequeno batel, mas sempre com perigo”⁹⁵. Em 1758, aquando do inquérito pombalino levado a cabo em todas as paróquias portuguesas (*Memórias Paroquiais*), confirmava-se que o rio de Colares já não era navegável nem tinha capacidade para embarcações⁹⁶. Não obstante, sabe-se que em 1815 seis ingleses desembarcaram

⁹⁰ Maria Teresa Caetano, *Colares*, 33-34.

⁹¹ *Ibidem*, 19-20, notas 33-34.

⁹² O primeiro alude apenas ao porto de Banzão como um local onde existiam dois rebanhos: um sobre o dito porto e o outro mais abaixo. Este documento era, aliás, a carta supra citada de doação do reguengo de Colares a Pedro Miguel e a sua mulher com a condição que estes plantassem vinhas no terreno. O dito reguengo dividia-se entre a água da ribeira de Mucifal, entre o almarge dos Mouros e outro reguengo sob poder dos trabalhadores. *Idem*, 20, nota 33. Por sua vez, o documento de 1362 é uma carta de quitação que referia a doação de ¼ de uma vinha a Afonso Domingues. Esta alude ao porto de Colares apenas como delimitação geográfica do reguengo de Colares e, como já referimos, este porto seria o anteriormente referido como Banzão. *Chancelaria de D. Pedro (1357-1367)* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984), 348; Maria Teresa Caetano, *Colares*, 20, nota 34.

⁹³ Maria Teresa Caetano, *Colares*, 20-21.

⁹⁴ João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, sup. vol. I, 1988), 59.

⁹⁵ Frei Joseph de Santanna, *Chronica dos Carmelitas*, 86.

⁹⁶ José Alfredo da Costa Azevedo, *Velharias de Sintra* (IV), 179; Maria Teresa Caetano, *Colares*, 21.

em Colares e que, em 1835, no seu Roteiro *Geral dos Mares, Costas, Ilhas, e Baixos* [...], António de Almeida menciona a Praia das Maças como local de abrigo e desembarque⁹⁷, pelo que a acostagem junto à praia continuava a ser possível apenas não seria praticável a subida do rio⁹⁸.

Conclusão

É sempre arriscado avançar para um estudo destes quando as fontes pouco revelam e a época focada não está na nossa rotina. No entanto, seguindo uma lógica de funcionalidade defensiva apoiada na realidade geográfica deste litoral e no recurso a analogias com dados existentes para séculos anteriores e posteriores, tentámos mostrar como se estruturaria o sistema de defesa costeira islâmico que ganhava forma a partir de Sintra e que tinha natural continuação pela costa de Cascais visando o alerta de Lisboa e das cidades marítimas a Sul.

Conforme vimos, sendo uma zona bastante exposta ao perigo e na rota das navegações para Lisboa, ao longo deste litoral teriam de existir outros postos de vigia em locais privilegiados pelas condições topográficas e, possivelmente, outros *ribat/s*, para além do que foi identificado no Alto da Vigia. A edificação destas estruturas seria essencial para se continuar a propagar a *jihad* e agrupar guerreiros prontos a impedir o desembarque inimigo nos portos, praias e enseadas que se mostravam convidativas, especialmente nas que estavam perto de povoados ou que facilitavam o acesso ao interior do território. Estas possíveis estruturas teriam sido reaproveitadas e/ou até readaptadas após a Reconquista e, posteriormente, absorvidas e/ou destruídas para a edificação de novas construções surgidas entre o Cabo da Roca e Belém ao longo dos séculos. O desaparecimento das estruturas islâmicas (ou das suas ruínas), não esquecendo as que eventualmente possam ter sido tapadas pela vegetação e pelas areias, poderá ter a ver igualmente com o aparecimento de casas e restaurantes ao longo do litoral cascaense a partir de finais do século XIX.

Faltou tentar compreender se a segunda vertente de defesa costeira, a vertente activa, a qual seria exercida por navios de patrulha, poderia igualmente estar em funcionamento nesta costa, ou se os portos citados poderiam prestar qualquer tipo de auxílio à passagem de uma armada, mas essas questões, face à extensão que este estudo foi adquirindo, serão abordadas na II parte onde focamos pormenorizadamente a situação do porto de Cascais e as navegações para Lisboa.

Quanto ao rio de Colares, porto de Sintra, existem indícios de que os Romanos tenham feito uso do mesmo para entrada dos seus produtos, o que é natural tendo em conta a proximidade da *villa* de Santo André de Almoçageme, a *villa* mais ocidental do mundo romano. Apesar do progressivo processo de assoreamento verificado ao longo da Idade Média, e que levou ao desaparecimento de vários portos no litoral português, durante o período de ocupação islâmica ainda teria sido possível navegar em Colares embora as condições de navegação já estivessem limitadas, gradualmente mais dependentes do período de preia-mar.

Por fim, esperamos que este nosso primeiro contributo tenha permitido uma melhor compreensão da organização defensiva deste litoral, ou, pelo menos, que os dados sistematizados e

⁹⁷ Maria Teresa Caetano, *Colares*, 14, 23. Se alguns levantamentos cartográficos da barra do Tejo e arredores efectuados entre os séculos XVII e XIX identificam o rio de Colares com uma profundidade entre 10 a 25 braças de profundidade junto à foz, é preciso ter em conta certos exageros que apresentam e alguns erros de representação dos recortes litorais não apenas no caso de Colares. "Este facto, aparentemente propositado, destinava-se a evidenciar a importância dessas reentrâncias para a navegação, pelo que a leitura e interpretação das cartas se deverá revestir das necessárias cautelas". *Ibidem*, 16-18, nota 18.

⁹⁸ Deve ser salientado que apesar de ainda hoje, por vezes, se verem pequenos barcos na várzea de Colares, isso só é possível com a água acumulada pelo encerramento de um dique nas proximidades (o qual é aberto com a chegada das primeiras chuvas) e que permite passeios de pequenas embarcações. Informação partilhada por Maria Teresa Caetano.

as hipóteses avançadas ajudem a isso, para que de futuro se superem os nossos eventuais erros e se continue a trazer um melhor conhecimento da sua administração militar, relacionando com maior ênfase as conjunturas político-administrativas que marcaram o período de ocupação islâmica desta região.